

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

2.º Trimestre de 2022 – janeiro a junho de 2022

1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro, conjugado com o referido artigo 413.º do CSC, apresenta-se o presente relatório, o qual se reporta ao segundo Trimestre de 2022.

O presente relatório é emitido com base no documento “Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-junho 2022”, com data de aprovação pelo Conselho de Administração em 1 de setembro de 2022, enviado ao Conselho Fiscal em 21 de setembro. Este relatório teve ainda em consideração o Relatório do Revisor Oficial de Contas, Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., datado de 14 de outubro de 2022, em anexo e constituindo parte integrante do presente documento, bem como a análise das Atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas neste período.

2. Factos Prévios Relevantes

A análise constante do presente relatório considerou o documento do Plano de Atividades e Orçamento da APL 2022-2024 (PAO 2022-2024) que, à presente data, ainda não se encontra aprovado.

3. Acompanhamento da Gestão e da Execução Orçamental

3.1. Acompanhamento da Gestão

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da APL, S.A., na sua atual redação, bem como do artigo 420.º do CSC, no exercício de 2022, o atual Conselho Fiscal, procedeu ao acompanhamento da gestão da APL, S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada, da emissão e receção de pedidos de esclarecimento e informação adicional ao Conselho de Administração e ao ROC, e da leitura das Atas das reuniões do Conselho de Administração.

3.2. Execução Orçamental

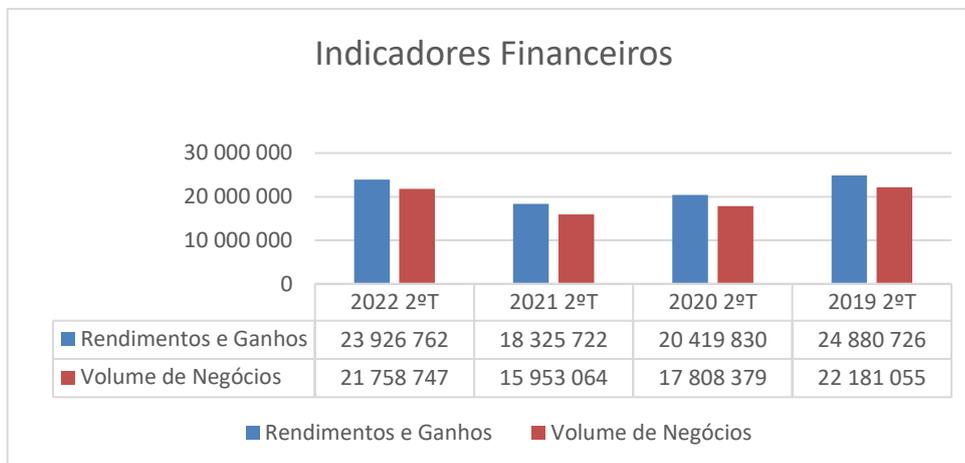
Quanto à execução orçamental, atendendo ao Relatório de Gestão apresentado e às considerações efetuadas no ponto anterior do presente relatório relativamente ao PAOI 2021-2023, destacam-se os seguintes aspetos:

- No primeiro semestre de 2022 a atividade da APL continuou a evidenciar uma recuperação muito significativa face ao período homólogo do ano anterior, embora ainda sem atingir o nível registado no ano pré pandemia.
- Veja-se, por exemplo, a recuperação evidente do segmento de cruzeiros, especialmente influenciado pelo desempenho no primeiro trimestre, que se reflete no grande crescimento em termos de tonelagem bruta (157,9%) e a consequente recuperação em termos de passageiros, mas ainda 27,2% abaixo quando comparado com o período homólogo de 2019.

(valores em euros)

Atividade	2022 2ºT	2021 2ºT	2020 2ºT	2019 2º T	2022 2º T rimestre			
					JUN22 - JUN21		JUN22 - JUN19	
					Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %
Movimento de Navios	989	793	852	1 244	196	24,7%	-255	-20,5%
Tonelagem Bruta	21 838 059	8 468 407	12 492 563	22 737 511	13 369 652	157,9%	-899 452	-4,0%
Carga Total	5 128 638	4 820 337	4 166 963	5 539 480	308 301	6,4%	-410 842	-7,4%
Cruzeiros (Passageiros)	173 851	0	50 064	239 135	173 851		-65 284	-27,3%

- Assim, continua a verificar-se, face ao período homólogo do ano transato, um aumento significativo dos Rendimentos e Ganhos da empresa, de 30,6%, e do seu Volume de Negócios, de 36,4%, embora, como se referiu, ainda aquém dos valores verificados em 2019. Note-se que este desempenho superou já o estimado no orçamento, com exceção para os segmentos de concessões e exploração da náutica de recreio e atividade marítimo turística. Adicionalmente, importa referir que a rubrica de Rendimentos e Ganhos está também influenciada pela indemnização decorrente do acordo de revogação do contrato de concessão de serviço público de movimentação de cargas no Terminal do barreiro, que ocorreu no mês de fevereiro de 2022.



- Tal como já verificado no primeiro trimestre, esta recuperação, conjugada com a contenção verificada nos gastos operacionais, face ao mesmo período de 2019 e ao que estava orçamentado (viram o seu peso reduzido no volume de negócios), permitiu ultrapassar os resultados atingidos no período homólogo de 2019 (EBITDA com um crescimento de 1,7%, o EBIT de 16,7% e o RL de 21,9%) e os estimados no orçamento. A este respeito, destaque particular nos movimentos das rubricas de Depreciações e Amortizações e Perdas por imparidade, que se reduziram com significado face a 2019, conforme justificado no relatório da empresa.
- Relativamente ao endividamento, a APL continua a trajetória de redução significativa da sua dívida líquida (com reflexo também no seu resultado financeiro), em 48,7% face ao período homólogo de 2021 e 53,4% face ao final do exercício de 2021. Quando comparado com o orçamento de 2022 a redução é de 49,5%. Isto fica a dever-se não só à redução da dívida bruta, mas também ao aumento das disponibilidades;

Em síntese, apresentam-se no quadro seguinte alguns dos principais indicadores da APL, S.A., a junho de 2022:

(valores em euros)

Principais Indicadores	2022 2ºT	2021 2ºT	2020 2ºT	2019 2ºT	2022 2º Trimestre						
	Real	Real	Real	Real	JUN22 - JUN21		JUN22 - JUN19		Orç.	Var. Valor	Var. %
					Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %			
Rendimentos e Ganhos	23 926 762	18 325 722	20 419 830	24 880 726	5 601 040	30,6%	-953 964	-3,8%	23 350 319	576 443	2,5%
Volume de Negócios	21 758 747	15 953 064	17 808 379	22 181 055	5 805 683	36,4%	-422 308	-1,9%	21 099 967	658 780	3,1%
EBITDA	11 691 177	5 996 608	8 691 561	11 494 385	5 694 569	95,0%	196 792	1,7%	8 665 228	3 025 949	34,9%
% Rendimentos e Ganhos	48,9%	32,7%	42,6%	46,2%					37,1%		
EBIT	5 623 835	-614 490	1 830 319	4 816 993	6 238 325	-1015,2%	806 842	16,7%	2 225 580	3 398 255	152,7%
% Rendimentos e Ganhos	23,5%	-3,4%	9,0%	19,4%					9,5%		
RL	5 327 310	-1 057 310	1 312 775	4 370 167	6 384 620	-603,9%	957 143	21,9%	1 697 789	3 629 521	213,8%
% Rendimentos e Ganhos	22,3%	-5,8%	6,4%	17,6%					7,3%		
ATL	350 493 574	320 307 998	335 739 765	349 283 197	30 185 576	9,4%	1 210 377	0,3%	325 404 746	25 088 828	7,7%
CP	228 126 329	224 138 879	227 638 719	225 639 014	3 987 450	1,8%	2 487 315	1,1%	227 021 297	1 105 032	0,5%
DL	15 175 097	29 605 268	33 160 558	40 814 149	-14 430 171	-48,7%	-25 639 052	-62,8%	30 030 195	-14 855 098	-49,5%
Autonomia Financeira	65,1%	70,0%	67,8%	64,6%					69,8%		

3.3. Cumprimento de Orientações Legais

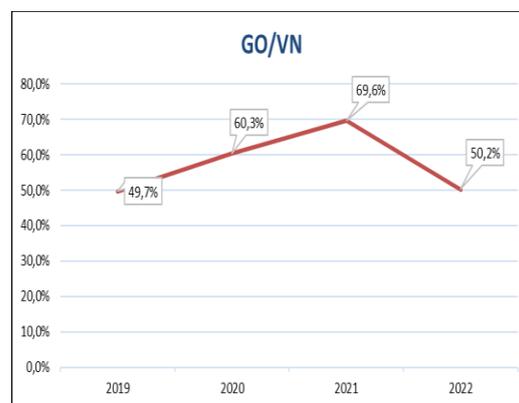
Esta avaliação foi efetuada considerando as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do SEE constantes do DESPACHO Nº 681/2022 – SET, muito embora seja de ressaltar que grande parte das referidas instruções são de verificação anual.

1 – Princípios Financeiros

Eficiência Operacional - Garantir em 2022 que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios seja igual ou inferior ao verificado no ano de referência (2019).

O rácio de Eficiência Operacional regista uma melhoria significativa, quando comparado com o verificado no período homólogo de 2021 e de 2020.

Esta melhoria decorre, essencialmente, do aumento do Volume de Negócios, que subiu de 15.953.064 euros em 2021 para 21.758.747 euros em 2022. Apesar desta melhoria, o rácio de eficiência é ligeiramente superior ao verificado em 2019, o que resulta do facto de o Volume de Negócios ainda não ter atingido os valores pré-pandemia.



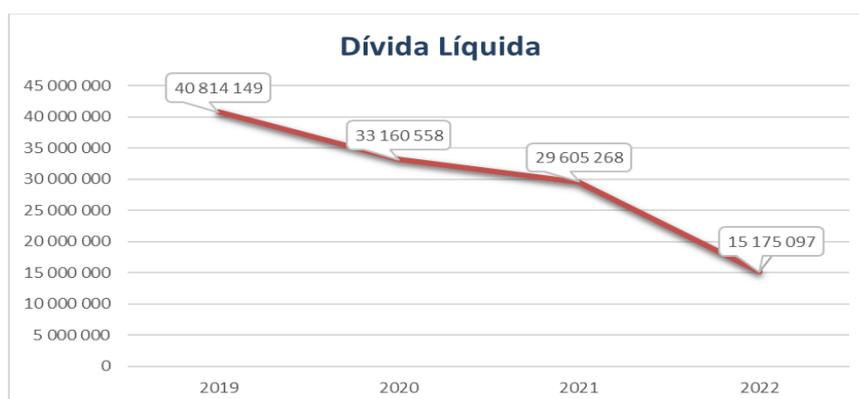
Efetivamente, importa ter em conta que, em termos absolutos, os gastos operacionais no final do 2º trimestre de 2022 registam um valor (10.930.818 euros) ligeiramente inferior ao verificado em 2019 (11.022.120 euros).

Programa de Redução de Custos - Em 2022, devem ser iguais ou inferiores ao valor executado em 2019, os seguintes gastos:

- a) Com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo;
- b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria
- d) O acréscimo dos acima referidos apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente fundamentadas, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento da empresa.

Tratando-se de um relatório trimestral, a avaliação efetuada pelo Conselho Fiscal cingiu-se aos Gastos com Pessoal, concluindo-se que estes, no valor de 8.383.850 euros são inferiores aos registados em período homólogo de 2019 (8.412.755 euros).

Endividamento – garantir uma política de limitação do crescimento do endividamento, limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material.



Neste 2º trimestre de 2022, mantém-se o processo sustentado de redução da dívida, verificando-se uma quebra de 48,7% face ao período homólogo de 2021 e de 62,8%, quando comparado com o 2º Trimestre de 2019.

Plano de Investimentos - Os investimentos, anuais e plurianuais devem ter cobertura financeira garantida e serem suportados em análise custo-benefício que comprove a sua necessidade social e/ou a sua rentabilidade

Investimento	2022 2ºT	2021 2ºT	2020 2ºT	2019 2º T	2022 2º T trimestre						
	Real	Real	Real	Real	JUN 22 - JUN 21		JUN 22 - JUN 19		Orç.	Var. Valor	Var. %
					Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %			
	437 909	254 537	273 560	1 762 287	183 372	72,0%	-1 324 378	-75,2%	2 184 256	-1 746 347	-80,0%

Embora se verifique uma variação de 72% face ao investimento realizado em período homólogo de 2021, verifica-se que apenas foram executados 20% dos investimentos orçamentados, o que representa um grau de realização muito baixo. Os maiores investimentos reportam a Equipamentos Marítimos – reparação de lanchas (31,9%), TIC – Atualização de sistemas e equipamentos (18,4%) e Equipamentos diversos (18%).

Prazo Médio de Pagamentos e Divulgação de atrasos nos pagamentos – Cumprimento das normas definidas na RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro.

PMP	2022 2º T	2021 2ºT	2020 2ºT	2019 2º T
	50	54	45	67

Fonte: <https://www.portodelisboa.pt/documents/20121/162195/PMP+2T22.pdf/98410b9c-e6f3-512e-809c-c48e8cc8fccd?t=1660125522530>

O PMP indicado inclui o efeito de 2 situações em processo de contencioso (e com antiguidade superior a 360 dias), pendentes de decisão judicial, e uma situação de diferendo com um fornecedor quanto ao valor da tarifa cobrada. A APL vem compensando regularmente os montantes que entende serem os devidos, encontrando-se o restante em aberto.

Deduzindo o efeito destas situações, o PMP do período em reporte é de 42 dias.

Ainda de referir que a APL procede à divulgação, no seu sítio, dos atrasos verificados nos pagamentos a fornecedores, <https://www.portodelisboa.pt/outras-divulgacoes>

Princípio de Unidade de Tesouraria - artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 172.º LOE2021 e art.º 115.º do DLOE 2019.

“Os serviços integrados e os serviços e fundos autónomos, incluindo os referidos no n.º 4 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, estão obrigados a depositar em contas na tesouraria do Estado a totalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras, seja qual for a origem ou natureza das mesmas, incluindo receitas próprias, e a efetuar todas as movimentações de fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E. P. E.”

A APL obteve uma exceção parcial, para os anos de 2021 e 2022, limitada aos valores estritamente necessários para o serviço dos empréstimos bancários, nas datas previstas para o efeito, para o carregamento dos cartões pré-pagos e para a cobrança de receitas na vertente credora de débitos diretos, mas sujeita a transferências quinzenais para o IGCP dos valores arrecadados.

No final do 2º Trimestre de 2022 a APL tinha depósitos no IGCP no valor de 7.295.777 euros, que correspondem a 37,7% do total de depósitos bancários.

4. Conclusão

Em face do exposto, entende o Conselho Fiscal que o relatório de gestão apresentado pela Sociedade referente ao 2.º Trimestre de 2022, apresenta genericamente informação das variações ocorridas face ao período homólogo do ano anterior e ao PAO 2022-2024, embora relativamente a este último a análise seja condicionada pelo facto do documento não se encontrar aprovado pela tutela.

A atividade da empresa, no primeiro semestre de 2022, evidencia uma recuperação significativa face ao período homólogo do ano anterior, onde ainda se sentiam os efeitos da pandemia de COVID-19, o que, conjugado com a evolução dos gastos operacionais, permitiu obter resultados acima do estimado no orçamento e superando os do período homólogo de 2019.

A APL continua a evidenciar uma sólida situação financeira, continuando uma trajetória contínua de redução da sua Dívida Financeira Líquida.

Por último, o Conselho Fiscal recomenda que de futuro a APL densifique nos seus Relatórios Trimestrais a informação necessária que permita clarificar a forma está a dar cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria, considerando as exceções concedidas.

A Presidente do Conselho Fiscal,

Os Vogais,

Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Ana Cristina Rugeiro da Cruz e Silva

APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2022

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro e alterados pelos Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro, Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março e Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março cumpre ao respetivo Conselho Fiscal elaborar e enviar trimestralmente aos respetivos órgãos tutelares “*um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e os principais desvios em relação às previsões*”.

Por solicitação expressa dos membros do Conselho Fiscal, procedemos a uma análise sucinta da informação constante do documento “Relatório trimestral de Execução Orçamental – janeiro a junho de 2022” preparado pelo Conselho de Administração.

Contudo, e dado que o relatório trimestral de responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao 2.º trimestre de 2022 apenas nos foi disponibilizado no passado dia 11 de outubro, só a partir desta data foram criadas as condições para que possamos emitir o presente relatório relativo a este período. Por esta razão, e dado o período de tempo já decorrido, o mesmo terá uma natureza mais sucinta do que habitualmente sucede.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Não obstante o acima referido, no trimestre em apreciação concluímos os trabalhos de auditoria com vista à Certificação Legal das Contas do ano de 2021, tendo ainda desenvolvido, designadamente, as seguintes tarefas:

- a) Acompanhamento da gestão da APL, designadamente através da realização de contactos regulares com o seu Conselho de Administração, bem como com a responsável pela Direção Financeira;
- b) Na sequência da análise da informação de natureza contabilística, elaborada pelos Serviços da Empresa, solicitámos e obtivemos os esclarecimentos que considerámos relevantes;
- c) Respondemos às solicitações e pedidos de esclarecimento que nos foram formulados pelos Serviços da APL, no âmbito da nossa área de conhecimentos;

Em nossa opinião, o trabalho desenvolvido deu resposta às exigências contempladas, relativamente às responsabilidades e competências do Revisor Oficial de Contas.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Balanço reportado a 30JUN2022, bem como a respetiva evolução face a 31MAR2022¹, consta do **Anexo 1** e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da APL.

A Demonstração de Resultados, igualmente elaborada a partir dos registos contabilísticos da APL, reportada a 30JUN2022, consta do **Anexo 2** e engloba os dados relativos ao período homólogo de 2021, bem como a comparação face ao orçamento para o período em análise.

No que respeita à posição financeira da APL, destacamos a situação favorável registada ao nível dos capitais próprios que ascendem a 228.126.329 euros ligeiramente acima (+1,6%) da posição registada no final do primeiro trimestre de 2022, obtida através da redução do passivo total (-3,0%) permitindo compensar assim a ligeira redução ao nível do ativo (-0,04%) conforme se sistematiza:

Rubricas	30.JUN.2022	31.MAR.2022	31.DEZ.2021	VAR JUN22/MAR22	
				Valor	%
Ativo líquido	350 493 574	350 649 627	351 700 584	-156 054	0,0%
Capital próprio	228 126 329	224 506 439	223 273 833	3 619 890	1,6%
Passivo	122 367 245	126 143 188	128 426 751	-3 775 944	-3,0%
Indicadores					
Solvabilidade Total (Capital próprio/Passivo)	1,86	1,78	1,74	0,08	4,7%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo líquido)	0,65	0,64	0,63	0,01	1,7%
Dependência Financeira (Passivo/Ativo líquido)	0,35	0,36	0,37	-0,01	-3,0%

Destacamos a redução ao nível do passivo no montante de 3.775.944 euros, para a qual foi determinante a diminuição da rubrica de financiamentos obtidos (menos 1.815.070 euros) e da rubrica de Outras contas a pagar e Diferimentos (menos 2.177.728 euros), apesar do ligeiro aumento da dívida ao Estado (mais 319.383 euros). Em termos globais, é de realçar a redução do endividamento que se verificou no trimestre.

No que respeita a uma análise dos principais indicadores financeiros apresentados, globalmente os mesmos corroboram a evolução favorável da posição financeira evidenciada pela estrutura de balanço.

¹ Salienciamos que o Relatório apresentado pela entidade considera o período findo em 31/12/2021 como o comparativo de referência, contudo, para efeitos de apresentação de balanço, consideramos que a comparação deva ocorrer com o fim do trimestre anterior ao de referência.

Os valores considerados no Balanço apresentado pela Entidade no Relatório Trimestral em apreço apresentam alguns desvios face ao Balanço do Relatório e Contas de 2021, salientando ainda que para efeitos de reporte trimestral não procedem à desagregação em corrente e não corrente de algumas rubricas de Balanço. Considerámos assim os valores constantes no Relatório e Contas de 2021 aprovado.

Em termos de resultados, a APL apresenta, no final do semestre em análise um resultado significativamente positivo de 5.327.310 euros, situando-se bastante acima do resultado orçamentado para o período², que ascendia a 1.697.789 o que traduz um desempenho bastante mais favorável do que aquele que se encontrava refletido no PAO.

Esta evolução é igualmente perceptível quando comparado este resultado com o que se verificou no período homólogo de 2021 (+214%), conforme se sistematiza no quadro seguinte:

	Real	Orçamento	Real	VAR Real		VAR Orç	
	30.JUN.2022	30.JUN.2022	30.JUN.2021	Valor	%	Valor	%
Volume de negócios	21 758 747	21 099 967	15 953 064	5 805 683	36,4%	658 780	3,1%
Vendas e serviços prestados	14 337 602	14 179 538	11 369 983	2 967 619	26,1%	158 064	1,1%
Outros rendimentos	7 421 145	6 920 429	4 583 081	2 838 064	61,9%	500 716	7,2%
Fornecimentos e serviços externos	-2 546 988	-3 833 434	-2 485 128	-61 860	2,5%	1 286 447	-33,6%
Gastos com o pessoal	-8 383 850	-9 233 641	-8 614 116	230 266	-2,7%	849 792	-9,2%
Imparidades e provisões (perdas/reversões)	-400 617	-245 000	-601 662	201 045	-33,4%	-155 617	63,5%
Outros rendimentos e ganhos	2 168 015	2 250 352	2 372 658	-204 642	-8,6%	-82 337	-3,7%
Outros gastos e perdas	-904 132	-1 373 015	-628 208	-275 924	43,9%	468 884	-34,1%
EBITDA	11 691 177	8 665 228	5 996 608	5 694 569	95,0%	3 025 948	34,9%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	-6 067 341	-6 439 648	-6 611 098	543 757	-8,2%	372 307	-5,8%
EBIT	5 623 835	2 225 580	-614 491	6 238 326	-1015,2%	3 398 255	152,7%
Juros e gastos similares suportados	-161 563	-344 838	-294 318	132 755	-45,1%	183 275	-53,1%
Imposto sobre o rendimento do período	-134 963	-182 953	-148 502	13 539	-9,1%	47 990	-26,2%
Resultado Líquido do Período	5 327 310	1 697 789	-1 057 311	6 384 620	-603,9%	3 629 521	213,8%

Muito embora esta evolução francamente favorável face ao período homólogo de 2021 tenha sido muito influenciada pelo impacto da pandemia na atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2021, importa ter presente que o resultado líquido apurado no final do primeiro semestre de 2022 supera o que foi registado no período homólogo de 2019 (pré-pandemia), que ascendia a 4.370.167 euros.

O aumento dos rendimentos é generalizado, embora com particular destaque para o aumento registado ao nível do Regulamento de Tarifas (+2.358 milhares de euros), relacionadas principalmente com variações da TUP Navio (+955 milhares de euros) e com a Tarifa de pilotagem (+874 milhares de euros), justificando assim o impacto significativo do comportamento destas rubricas no aumento de 36,4% do volume de negócios da entidade.

Ao nível dos gastos, os aumentos ocorridos tiveram menor expressão, contribuindo assim para a grande melhoria dos resultados apresentados, quer face ao registado no período homólogo, quer face aos valores constantes do PAO.

² Por simplificação considerámos 6 duodécimos do valor anual do orçamento para 2022, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade, tendo sido também este critério considerado pelo Conselho de Administração.

Em termos globais, destaca-se o esforço que tem sido desenvolvido pelo Conselho de Administração, no sentido de conciliar o nível de atividade com o orçamento disponível, num contexto de contenção de encargos, sendo certo que a atividade desenvolvida pela APL, pela sua natureza, condicionantes e objetivos, depende essencialmente de fatores externos da conjuntura económica, com particular destaque na movimentação de carga e de passageiros.

4. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da APL com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como da responsável pela área financeira.

Lisboa, 14 de outubro de 2022

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1 – Balanço

(valores em euros)

BALANÇO	30-JUN-22	31-MAR-22	31-DEZ-21	Var. JUN.22 / MAR.22	
				Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	219 129 582	221 263 590	223 309 611	(2 134 008)	-1,0%
Propriedades de investimento	44 789 985	45 136 374	45 450 869	(346 389)	-0,8%
Ativos intangíveis	57 809 975	58 203 572	58 598 494	(393 597)	-0,7%
Outros ativos Financeiros	10 445	9 758	9 081	686	7,0%
	321 739 986	324 613 293	327 368 055	(2 873 307)	-0,9%
ATIVO CORRENTE					
Clientes	5 611 907	5 124 897	6 493 532	487 010	9,5%
Adiantamentos a fornecedores	3 198	3 199	3 199	(1)	0,0%
Estado e outros entes públicos	1 255 500	1 254 660	1 397 629	840	0,1%
Outras contas a receber	584 039	511 441	2 053 841	72 598	14,2%
Diferimentos	1 908 181	1 855 667	2 154 054	52 514	2,8%
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	2 657 597	-	
Caixa e depósitos bancários	19 390 762	17 286 469	12 230 274	2 104 294	12,2%
	28 753 588	26 036 334	24 332 529	2 717 254	10,4%
TOTAL ATIVO	350 493 574	350 649 627	351 700 584	(156 054)	0,0%
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital subscrito	60 000 000	60 000 000	60 000 000	-	0,0%
Reservas legais	6 539 834	6 539 834	6 539 834	-	0,0%
Outras reservas	84 508 591	84 508 591	83 574 052	-	0,0%
Resultados transitados	28 947 889	28 947 889	30 614 398	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	42 802 706	43 037 424	43 272 140	(234 718)	-0,5%
Resultado líquido do período	5 327 310	1 472 701	(726 592)	3 854 608	261,7%
	228 126 329	224 506 439	223 273 833	3 619 890	1,6%
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Provisões	3 634 444	3 634 444	3 634 444	-	0,0%
Financiamentos obtidos	16 485 111	17 576 912	18 371 121	(1 091 801)	-6,2%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	5 652 230	5 750 683	5 848 377	(98 454)	-1,7%
Passivos por impostos diferidos	4 034 369	3 966 888	3 900 967	67 481	1,7%
Outras contas a pagar	9 348 141	9 348 141	9 348 141	-	0,0%
	39 154 294	40 277 068	41 103 051	(1 122 774)	-2,8%
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	725 879	806 551	929 895	(80 672)	-10,0%
Adiantamentos de clientes	1 516 010	1 506 895	1 428 733	9 115	0,6%
Estado e outros entes públicos	1 459 472	1 140 089	919 691	319 383	28,0%
Acionistas	-	-	800 000	-	
Financiamentos obtidos	18 080 748	18 804 016	19 542 857	(723 268)	-3,8%
Outras contas a pagar	3 524 159	4 555 851	4 530 358	(1 031 693)	-22,6%
Diferimentos	57 906 683	59 052 718	59 172 166	(1 146 035)	-1,9%
	83 212 951	85 866 121	87 323 700	(2 653 170)	-3,1%
TOTAL DO PASSIVO	122 367 245	126 143 188	128 426 751	(3 775 944)	-3,0%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	350 493 574	350 649 627	351 700 584	(156 054)	0,0%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultados

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	Real	Orçamento	Real	Var Orç. JUN.21		Var. Real JUN.22/JUN.21	
	30-JUN-22	30-JUN-22	30-JUN-21	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	14 337 602	14 179 538	11 369 983	158 064	1,1%	2 967 619	26,1%
Fornecimentos e serviços externos	(2 546 988)	(3 833 434)	(2 485 128)	1 286 447	-33,6%	(61 860)	2,5%
Gastos com o pessoal	(8 383 850)	(9 233 641)	(8 614 116)	849 792	-9,2%	230 266	-2,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(400 617)	(185 000)	(601 662)	(215 617)	116,5%	201 045	-33,4%
Provisões (aumentos/reduções)		(60 000)	-	60 000	-100,0%	-	-
Outros rendimentos e ganhos	9 589 160	9 170 781	6 955 738	418 379	4,6%	2 633 422	37,9%
Outros gastos e perdas	(904 132)	(1 373 015)	(628 208)	468 884	-34,1%	(275 924)	43,9%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	11 691 177	8 665 228	5 996 608	3 025 948	34,9%	5 694 569	95,0%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(6 067 341)	(6 439 648)	(6 611 098)	372 307	-5,8%	543 757	-8,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 623 835	2 225 580	(614 491)	3 398 255	152,7%	6 238 326	-1015,2%
Juros e gastos similares suportados	(161 563)	(344 838)	(294 318)	183 275	-53,1%	132 755	-45,1%
Resultado antes de impostos	5 462 273	1 880 742	(908 809)	3 581 531	190,4%	6 371 081	-701,0%
Imposto sobre o rendimento do período	(134 963)	(182 953)	(148 502)	47 990	-26,2%	13 539	-9,1%
Resultado líquido do período	5 327 310	1 697 789	(1 057 311)	3 629 521	213,8%	6 384 620	-603,9%

(*) Por simplificação considerámos 6 duodécimos do valor anual do orçamento para 2022, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade.